DOI 10.5216/o.v15i1.34721

Ação educativa e educação patrimonial em arquivos: a oficina "resistência em arquivo: patrimônio, ditadura e direitos humanos" no APERS

Clarissa Sommer Alves[*]
Nôva Brando[**]
Vanessa Tavares Menezes[***]

Resumo: No presente artigo apresentaremos a oficina "Resistência em Arquivo: Patrimônio, Ditadura e Direitos Humanos", criada e oferecida a partir do Programa de Educação Patrimonial UFRGS/APERS, desenvolvido em parceria entre o Arquivo Público do estado do Rio Grande do Sul e a Universidade Federal do estado referido. A oficina será apresentada pela ótica do Arquivo Público, inserida dentro de suas ações educativas e de difusão de seus acervos, relacionando-a ao contexto histórico, às transformações vivenciadas pelas instituições arquivísticas e pela sociedade brasileira nas últimas décadas e ao trabalho com documentações sensíveis, relativas à ditadura civil militar, que registram nossa história recente de resistência a tal regime de exceção e, ao mesmo tempo, histórias de vida marcadas pela violação aos direitos humanos.

Palavras-chave: Educação patrimonial; arquivos; fontes arquivísticas; ditadura; direitos humanos.

[*]Arquivo Público do Estado do RS, Porto Alegre, RS, Brasil.
E-mail: clarissa-alves@sarh.rs.gov.br

[**]Arquivo Público do Estado do RS, Porto Alegre, RS, Brasil.
E-mail: nova-brando@sarh.rs.gov.br

[***]Arquivo Público do Estado do RS, Porto Alegre, RS, Brasil.
E-mail: vanessa-menezes@sarh.rs.gov.br

Educational Action and Heritage Education in Arquives: Workshop "Resistance in the Archive: Heritage, Dictatorship, and Human Rights" in APERS

Abstract: In this article we present the workshop *Resistance in the Archive: Heritage, Dictatorship and Human Rights*, designed and run by the Heritage Education Program, developed in partnership with the State of Rio Grande do Sul Public Archives (APERS) and the Federal University of Rio Grande do Sul. Presented from the Public Archives perspective and included into its educational activities and dissemination of its collections, the workshop is related to the historical context and the changes experienced by archival institutions and the Brazilian society in recent decades. In addition, the workshop works with sensitive documentation on civil and military dictatorship, which register recent history of resistance as well as such regime of exception and, at the same time, life histories marked by human rights violations.

Keywords: Heritage education; archives; archival sources; dictatorship; human rights.

Acción Educativa y Educación Patrimonial en Archivos: el taller "Resistencia en Archivo: Patrimonio, Dictadura y Derechos Humanos" en APERS

Resumen: En este artículo se presenta el taller *Resistencia en Archivo: Patrimonio, Dictadura y Derechos Humanos*, creado y ofrecido desde el Programa de Educación Patrimonial UFRGS/APERS, desarrollado en colaboración entre el Archivo Público del Estado de Río Grande del Sur y la Universidad Federal de Río Grande del Sur. El taller será presentado desde la perspectiva del Archivo Público, insertado en sus actividades educativas y de difusión de sus acervos, relacionándolo al contexto histórico y a los cambios experimentados por las instituciones archivistas y por la sociedad brasileña en las últimas décadas, y al trabajo con documentaciones sensibles, relativa a la dictadura civil militar, que registran nuestra historia reciente de la resistencia al régimen de excepción, mientras las historias de vida marcadas por violaciones de derechos humanos.

Palabras-clave: Educación patrimonial; archivos; fuentes archivista; dictadura; derechos humanos.

Ações educativas no arquivo público do estado do Rio Grande do Sul e seu contexto

Aproximar-te, leitora ou leitor, das atividades educativas realizadas pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) significa para nós, ao mesmo tempo, um denso exercício de sistematizar práticas e reflexões cotidianas em palavras escritas, como também identificar e problematizar tais práticas e reflexões em relação ao contexto histórico e social.

O Arquivo Público foi criado em 1906, e a preocupação com a relação entre arquivo e educação não está presente desde aquele momento. Assim sendo, essa é uma informação que até parece óbvia, mas, na verdade, merece atenção. Afinal, os processos e desdobramentos que fizeram que hoje nós, três historiadoras e profissionais de arquivos, estejamos dedicando tempo e esforço na construção acerca do tema estão intrinsecamente ligados à história da instituição.

Podemos apontar que o primeiro corpo técnico, de arquivistas e historiadores, constituiu-se apenas a partir da década de 1990, mesmo que o APERS seja centenário. Tal informação explica em muito que as primeiras ações sistemáticas voltadas à difusão educativa e cultural de seus acervos tenham começado a acontecer a partir desta década, com visitas guiadas, ou com a primeira oficina educativa, já no ano de 2001. E a trajetória desse Arquivo não está isolada. Está intimamente ligada às transformações sociais mais globais e à história dos arquivos no Brasil, que passaram por amplas modificações desde o final dos anos 1980.

Com o processo de redemocratização, as discussões em torno da nova Constituição Federal, dos direitos humanos, incluindo direitos sociais, culturais e de acesso à informação, e com a promulgação da Lei nº 8159 de 1991, a chamada Lei de Arquivos, os papéis das instituições arquivísticas passaram a ser mais debatidos, reconhecidos e consolidados. Ao lado do compromisso com os processos de gestão documental, que vão desde a construção de instrumentos, como planos de classificação e tabelas de temporalidade, passando pelo recolhimento, avaliação e classificação de documentos, até a descrição e difusão de acervos, está o papel sociocultural dessas instituições, que possuem grande potencial para a produção do conhecimento histórico, e os debates em torno da(s) memória(s) e da(s) identidade(s) em nossa sociedade.

Com esse mesmo processo, a ampliação do acesso à Justiça e a serviços prestados pelo Estado ampliou de forma significativa a produção de documentos públicos a partir da década de 1980, trazendo a necessidade de novas compreensões e práticas em relação às massas documentais acumuladas. Por outro lado, como nos aponta Andresa Barbosa a partir de Pierre Nora, nesse contexto:

> O sentido da Memória foi se acabando com o apogeu do crescimento industrial, apoiado no 'fenômeno bem conhecido da mundialização, da democratização, da massificação, da mediatização'. Ainda segundo Nora, com o fim das "sociedades-memória" foi preciso criar lugares para a preservação de testemunhos, documentos, imagens, discursos e outros tipos de vestígios – os "lugares de memória" [...] Partindo dessa premissa, os Arquivos – como "lugares de memória" – são dotados de uma memória arquivística, que se "apoia

> inteiramente sobre o que há de mais preciso no traço, mais material do vestígio, mais concreto no registro, mais visível na imagem... o que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar". (NORA, *apud* BARBOSA, 2013, p. 22).

A partir dessas premissas, em nossa sociedade as instituições arquivísticas estão permeadas por disputas em torno da constituição da memória, ou de memórias, e precisam superar as concepções tradicionais que percebem os Arquivos como espaços imparciais, em que a gestão dos documentos e a constituição dos acervos – vestígios da memória – seriam realizadas de forma técnica e neutra, a serviço da administração. Neste novo contexto, a relação entre arquivos e sociedade se faz mais e mais necessária, contribuindo para que cada vez mais arquivos identifiquem a importância e a necessidade de realizar ações que os identifiquem, legitimem e aproximem da sociedade.

Ainda conforme Andresa Barbosa, outro processo que se desenvolveu nesse período e que contribuiu para a identificação dos arquivos como potenciais espaços educativos, foram,

> As discussões realizadas no campo educacional que culminaram nas reformas curriculares em âmbito nacional. A partir delas, os Arquivos podem ser concebidos como espaços institucionais em potencial para o ensino, especialmente para o de História. Assim, conceber as instituições arquivísticas como espaços que vão além da guarda de documentos para servir à administração, aos fins comprobatórios e ao uso da Academia é um dos desafios colocados, desde o final do século XX, para a questão da difusão nos Arquivos. (BARBOSA, 2013, p. 13).

A partir da autora, falamos dos debates que no final dos anos 80 e ao longo da década de 1990 deram origem à Lei de Diretrizes e Bases da Educação e aos Parâmetros Curriculares Nacionais que, ao que concerne ao ensino de História, evidenciam a importância da valorização e da utilização dos bens culturais e das fontes históricas no processo de ensino e aprendizagem[1]. Argumento com o qual coincide a formulação de Koyama (2008, p.1-2), para quem:

> O interesse crescente pela memória e pela história local tem levado novos agentes sociais a valorizar os arquivos e centros de documentação, que vêm ganhando visibilidade social. [...] Também as ações de educação patrimonial têm crescido nos últimos anos, no bojo da ampliação dos espaços educacionais abarcados pela escola. [...] Concorrendo para a ampliação do espaço educativo dos arquivos, está a valorização do ensino de procedimentos de pesquisa na educação básica, que também aproxima a escola da pesquisa documental nos arquivos, na esteira das reformas curriculares dos anos noventa.

Acreditamos que essa aproximação entre escolas, universidades, comunidades e Arquivos, e o uso de tais instituições e seus acervos nos processos de ensino-aprendizagem são fundamentais tanto para qualificar o ensino, quanto para ampliar o acesso à informação e aprofundar o exercício da cidadania, mas também para valorizar as instituições arquivísticas, fazê-las conhecidas da sociedade, torná-las mais visíveis aos gestores públicos, e consolidar seus papéis sociais.

Inserindo-se nesse processo, o APERS desenvolveu-se nessa perspectiva a partir da década de 1990. Acreditamos que as ações desenvolvidas a partir dos anos 2000, com mais intensidade

a partir de 2009, têm ajudado a afirmar, dentro e fora do APERS, seu caráter como instituição de memória, e como espaço potencial para o fomento à educação e à cultura. Neste sentido, é importante notar que, mesmo com as referidas transformações ocorridas nas últimas décadas na sociedade, na área de arquivos e na educação, o trabalho educativo em arquivos públicos ainda é incipiente no Brasil, sendo recente ou inexistente na maior parte das instituições.

Embora no APERS ainda não tenhamos um organograma oficial atualizado que responda à prática e às elaborações desse período, compreendemos que nosso fazer cotidiano vem consolidando um núcleo educativo e cultural, que vem se estruturando para dar conta de diversas ações educativas realizadas a partir dos acervos, ações de difusão da instituição e de seus serviços, e do Programa de Educação Patrimonial UFRGS/APERS. Como a ação que provoca a escrita deste artigo faz parte desse Programa, nos deteremos mais a respeito dele no próximo tópico.

Entre as ações educativas e de difusão podemos citar, além da realização e apoio a eventos, como seminários, cine-debates e exposições, o serviço "Divulga APERS", que mantém o blog institucional, o *twitter* e a página do Arquivo no *Facebook*, produzindo conteúdos de caráter histórico e educativo a partir do acervo, reflexões sobre gestão documental e conceitos arquivísticos, e divulgando os demais serviços oferecidos pela casa, a formação e a participação dos servidores em diferentes atividades, etc.; o Projeto "APERS? Presente, Professor! Propostas Pedagógicas a partir de Fontes Arquivísticas", que tem como objetivo central levar um pouco do Arquivo Público para dentro das escolas, a partir da construção de propostas pedagógicas que tenham como ponto de partida os documentos custodiados pelo Arquivo, disponibilizadas quinzenalmente em formato *PDF* no *blog* Institucional do Arquivo; o Projeto *ÁfricaNoArquivo*: fontes de pesquisa e debates para a igualdade étnico-racial no Brasil, que visa ao aprofundamento da difusão dos documentos relacionados à escravidão no Rio Grande do Sul através da reedição dos Catálogos de Documentos da Escravidão em formato *CD*, e a construção e distribuição de caixas pedagógicas com reproduções de documentos do acervo, um vídeo informativo e propostas de atividades pedagógicas, que incluem um jogo de tabuleiro especialmente criado para a ação. São serviços e projetos idealizados e realizados por servidoras da instituição, muitas vezes em parceria com a Associação dos Amigos do APERS, e sempre em sintonia com demandas latentes na sociedade, como a modernização dos Arquivos e o uso de mídias sociais, por exemplo.

O Programa de Educação Patrimonial UFRGS/APERS

Como o nome já diz, esse Programa vem sendo construído e desenvolvido em parceria com a UFRGS, em especial com o Departamento de História através dos professores Igor Teixeira e Carla Rodeghero, e do Colégio de Aplicação, através do professor Vanderlei Machado, contando com a contribuição de diversos outros professores e professoras, de estudantes de graduação e pós-graduação ao longo dos anos, em diferentes momentos.

Nosso trabalho no Programa parte da aplicação da metodologia da Educação Patrimonial, pensada como "o ensino centrado nos bens culturais, como a metodologia que toma estes bens como ponto de partida para desenvolver a tarefa pedagógica; que considera os bens culturais

como fonte primária de ensino" (LUPORINI, 2002, p. 327) e aprendizagem. Valorizamos esse conceito por acreditar que é possível educar e aprender a partir do patrimônio, aguçando e qualificando nossas formas de perceber, ler e intervir no mundo ao redor, e, por perceber, que as ações educativas levadas a cabo em arquivos têm potencial para extrapolar a relação estabelecida com os documentos da instituição em si, conectando-se aos bens culturais produzidos pela sociedade de forma geral, explorando e problematizando tais contextos de produção, construindo conhecimentos e reflexões que podem ser utilizados de forma interdisciplinar nos processos de ensino-aprendizagem, seja nas escolas ou em espaços não formais de educação, caracterizados pela intencionalidade do educar/aprender.

Entretanto, buscamos superar o formato rígido muitas vezes associado a essa metodologia, que estaria orientada por um "passo a passo" em etapas: observação, registro, exploração e apropriação dos patrimônios, em geral os já consagrados, salvaguardados em museus ou arquivos ou monumentalizados em praças e construções. Buscamos orientar nossa prática cotidiana pela análise crítica dos bens culturais, relacionando o patrimônio salvaguardado pelo Arquivo Público com os demais bens culturais produzidos pelos diferentes grupos sociais que nos circundam, explorando os acervos da instituição ao longo de oficinas e cursos sem engessar as problematizações em torno de etapas, e sem priorizar qualquer discurso de valorização que possa enaltecê-los como detentores de verdades absolutas ou de valores excepcionais em si mesmos.

O Programa chega ao ano de 2014 nesse formato a partir de um longo processo de contato e troca de conhecimentos e experiências entre professores e estudantes da Educação Básica e Superior, funcionários e gestores do Arquivo Público. Seu embrião foi semeado na instituição entre 2001 e 2002, quando foi construída a primeira oficina para estudantes do Ensino Fundamental, dentro do Projeto "Por dentro do Arquivo". Ainda que tal atividade tenha sido aplicada apenas naquele biênio, foi uma importante iniciativa para reconhecer o grande potencial do APERS enquanto espaço de educação e cultura. Após este período, visitas guiadas ainda foram oferecidas, mas sem foco nos estudantes da Educação Básica.

No final do ano de 2008, nasceu a parceria entre o APERS e a UFRGS, quando o arquivo foi procurado pela Universidade no intuito de criar campo de estágio para estudantes de graduação em História matriculados na então recente disciplina de Estágio em Educação Patrimonial. A ideia foi abraçada e, logo em seguida, passou-se a elaborar, em parceria entre servidores do Arquivo e professores da Universidade, a oficina "Os Tesouros da Família Arquivo", voltada aos estudantes dos 6º e 7º anos do Ensino Fundamental. Ela passou a ser oferecida às escolas em abril de 2009[2] e aborda a escravidão e a luta por liberdade no Brasil a partir de documentos do acervo que registram a vida de sujeitos outrora escravizados, sendo representados por um inventário, um testamento, uma carta de compra e venda de escravos, uma carta de alforria e um processo-crime.

Paralelamente, passou-se a oferecer também um curso de capacitação de oficineiros, voltado aos estudantes de História e áreas relacionadas ao patrimônio, oportunizando o contato com a metodologia da Educação Patrimonial, com o debate de conceitos como patrimônio, memória, identidade e cidadania, e com a prática pedagógica nas oficinas, atendendo a demanda da Universidade por campo de espaços para seus estudantes. Tal

capacitação é oferecida semestralmente desde 2009, em formato de curso teórico-prático, com carga horária mínima de 40h. É considerada um dos pilares do Programa, que visa a contribuir para a formação de futuros historiadores, professores e profissionais do patrimônio conscientes do potencial dos bens culturais para os processos de ensino-aprendizagem, valorização e crítica do patrimônio.

A partir dessa experiência bem-sucedida seguiu-se a assinatura de convênio entre o Arquivo e a Universidade; a criação de uma segunda oficina, Desvendando o Arquivo Público: Historiador por um dia, disponibilizada desde abril de 2010, voltada aos estudantes dos 7º e 8º anos do Fundamental e centrada em debater o ofício do historiador e a produção do conhecimento histórico a partir de diferentes tipos de documentos do APERS; a realização, desde 2011, de cursos anuais de formação continuada para professores sobre Educação Patrimonial e Cidadania[3]; e a criação da terceira oficina, voltada aos estudantes do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), chamada Resistência em Arquivo: patrimônio, ditadura e direitos humanos, que é o objeto central deste artigo, sobre a qual nos deteremos a partir de então, abordando desde seu processo de construção, passando por sua metodologia e desenvolvimento, até os resultados obtidos e as perspectivas.

Cabe salientar que, assim como a consolidação do APERS como um espaço de educação não-formal está ligada à história dos Arquivos e às transformações vivenciadas na área, também a construção dessa oficina está relacionada ao contexto social e político de sua criação, como veremos a seguir.

Oficina Resistência em Arquivo: acesso à informação, memória, verdade e justiça!

O APERS é reconhecido pelo suporte que oferece à pesquisa em determinadas áreas como, por exemplo: escravidão, genealogia e história do Rio Grande do Sul. Nosso acervo possui uma documentação com vasto potencial para pesquisas que se proponham a escrever a história do nosso estado e país. Nesse sentido, procuramos direcionar nossas ações para aquilo que define o motivo de ser da instituição: dar suporte à construção da pesquisa histórica e o acesso às informações públicas, colaborando para a construção da cidadania, que somente poderá ser conquistada quando forem garantidos os direitos à memória, à verdade e à justiça. Nessa perspectiva, para a criação da oficina destinada ao Ensino Médio e EJA, optamos por nos debruçar sobre uma documentação que pode ser considerada especial quando se está tratando de verdade e justiça: o acervo da Comissão Especial de Indenização, instituída pela Lei Estadual nº 11.042/97.

O acervo escolhido, sua descrição e difusão

O acervo da Comissão Especial de Indenização é composto por 1.705 processos administrativos de indenização, 231 processos administrativos de antecedentes políticos e

documentos administrativos que tratam do funcionamento da referida Comissão, tais como atas, relatórios, portarias, ofícios e memorandos. Documentação que foi recolhida ao APERS, oriunda da Secretaria da Segurança Pública, no ano de 2009.

Esse acervo guarda inúmeras informações sobre o período da ditadura civil militar no Brasil e especialmente no Rio Grande do Sul. E para que cumpramos nosso dever institucional, a equipe do APERS trabalha em ações voltadas para sua divulgação, que objetivam contribuir, por exemplo, para a produção do conhecimento histórico.

É prerrogativa das instituições arquivísticas elaborar instrumentos de pesquisa que, se bem planejados, oferecem condições ao pesquisador de melhor orientar sua pesquisa e reduzir a quantidade de documentos a serem consultados, visto que a documentação salvaguardada em arquivos é fundamental para produção de trabalhos acadêmicos, monografias, dissertações e teses.

Assim, considerando o contexto de criação da Comissão Nacional da Verdade[4] e da Comissão Estadual da Verdade[5], que têm por atribuição esclarecer os casos de violação de Direitos Humanos, identificar locais e instituições no Estado que estiveram relacionados às práticas de tortura durante o regime militar e as circunstâncias em que ocorreram; considerando a instituição da Lei de Acesso às Informações[6]; e considerando também que o ano de 2014 marca os 50 Anos do Golpe de 1964, a equipe do APERS optou, como primeira ação, por elaborar o "Catálogo Resistência em Arquivo: Memórias e Histórias da Ditadura no Brasil[7]", tendo como base a descrição dos processos administrativos oriundos da Comissão Especial de Indenização. Por meio da Lei 11.042/97, o estado do Rio Grande do Sul reconheceu sua responsabilidade por danos físicos e psicológicos causados às pessoas detidas, por motivos políticos, no período de 02 de agosto de 1961 a 15 de agosto de 1979, e estabeleceu normas para que essas pessoas fossem indenizadas. A Lei de criação da Comissão foi alterada pela Lei Estadual nº 11.815, que fixou novo prazo para encaminhamento do benefício. Cabe ressaltar que era responsabilidade do requerente reunir o maior número possível de documentos comprobatórios de sua detenção e, consequentemente, dos maus-tratos sofridos.

Os processos administrativos de indenização, gerados a partir destas solicitações e dos trabalhos da Comissão, possuem informações pessoais do requerente como nome, qualificação profissional, domicílio, relatos acerca do período e local de prisão. Nesses processos encontramos também o depoimento da vítima que relata, em detalhes, as sevícias sofridas durante a detenção, bem como o nome dos torturadores. Além disso, tais processos possuem diferentes documentos oficiais como, por exemplo, certidões de órgãos públicos estaduais e federais, inquéritos policiais e militares. Imagens, recortes de jornal e pareceres psiquiátricos são também parte dessa documentação.

Para elaboração do Catálogo foi formada uma equipe multidisciplinar, composta por historiadores e arquivistas, possibilitando assim, um intercâmbio de conhecimento entre as duas áreas e que, consequentemente, trouxe olhares diferenciados a esse processo. Em seguida, após levantamento documental, estudo e análise dos processos administrativos, a equipe buscou informações que considerou relevantes. Os processos administrativos de antecedentes políticos não foram descritos, visto que, esses processos são compostos por uma

série de documentos, oriundos de diversos órgãos públicos, que não geram um processo de indenização. Concluída esta etapa, a equipe definiu as informações que comporiam o verbete.

Dar acesso às informações públicas é uma obrigação do Estado, assim como é um direito dos cidadãos garantido por lei. Desta forma, a publicação deste catálogo viabilizará a difusão e democratização das informações constantes neste acervo de grande relevância histórica para a sociedade brasileira.

O acervo escolhido e o acesso à documentação

No momento em que esta documentação foi recolhida ao Arquivo Público, foram estabelecidas normas que definiam as condições de acesso e uso. A documentação administrativa produzida pela Comissão Especial de Indenização não tinha restrição de acesso, já os processos administrativos de indenização só poderiam ser acessados pelo indenizado e por terceiro indicado por procuração. No caso do indenizado já ter falecido, era necessário apresentar certidão de óbito e comprovar parentesco, possibilitando, assim, o livre acesso. Para elaboração de pesquisa histórica, o acesso era permitido mediante apresentação de projeto de pesquisa amparado por uma instituição de ensino, perante assinatura de termo de compromisso.

Após o advento da Lei de Acesso às Informações, a restrição de acesso passou a ser exceção. Porém, segundo essa Lei, as informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem, terão seu acesso restrito, independentemente de sigilo e pelo prazo máximo de cem anos a contar da data da sua produção. A mesma Lei declara que a assertiva fica desconsiderada quando prejudicar o processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido e essas estiveram voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância. Em outro trecho a Lei ressalta que informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem nas violações dos Direitos Humanos praticadas por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.

Diante desse impasse a equipe do Arquivo Público procurou orientação da Subchefia de Ética da Casa Civil do estado do RS, a fim de regulamentar o uso e o acesso da documentação. Nesse encontro foi sugerida a solicitação de um parecer à Procuradoria Geral do Estado, sugestão esta acatada pela diretoria do APERS, que buscou subsídios para formular o requerimento. Paralelo a isso, foi solicitado a profissionais da área de História, com experiência em estudos na área de ditadura, e ao núcleo do Rio Grande do Sul da Associação Nacional dos Professores de História, a elaboração de pareceres historiográficos que justificassem a liberação de acesso.

Os pareceres historiográficos foram favoráveis à liberação do acesso aos documentos. O parecer da Procuradoria Geral do Estado retornou ao APERS com a recomendação da elaboração de um edital, nos mesmos moldes dos editais publicados pelo Arquivo Nacional, onde o titular do processo deveria manifestar-se, no prazo de 30 dias, requerendo a manutenção da restrição de acesso ao seu dossiê pessoal.

Conforme a orientação da Procuradoria Geral do Estado, a equipe do APERS, em parceria com a Assessoria Jurídica da Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos,

publicizou, na forma de edital, os nomes dos titulares das informações pessoais contidas no conjunto documental. Nenhum requerente solicitou a manutenção da restrição de acesso e o acesso à documentação tornou-se efetivamente liberado.

O acervo e a formulação da oficina Resistência em Arquivo

Incitados pelos debates travados no país em torno de nossa tardia Justiça de Transição, da memória, da história e da verdade relativas ao período da ditadura civil militar brasileira e, por todo o contexto já mencionado, não havia mais dúvidas de que o tema a ser abordado por nossa terceira oficina seria ditaduras e direitos humanos. Assim ampliaríamos o público atendido pelo Programa de Educação Patrimonial, contribuindo para o ensino da temática nas escolas e fomentando as discussões a respeito das marcas deixadas pela ditadura civil militar em nossa democracia, iniciamos o processo de pesquisas e elaboração em março de 2013.

Para a execução desta tarefa, o Programa de Educação Patrimonial UFRGS/APERS contou com a colaboração de professores e pós-graduandos da UFRGS, professores da Educação Básica, e membros da sociedade civil atuantes na área de Direitos Humanos. A partir de reuniões quinzenais, em um processo de "planejamento participativo", foram discutidos métodos, etapas, materiais e conceitos que seriam utilizados na nova oficina. Nesse momento optamos por manter uma metodologia semelhante às demais oficinas oferecidas pelo APERS, que prioriza o trabalho com as fontes arquivísticas em pequenos grupos de estudantes conduzidos por oficineiros.

O primeiro passo foi selecionar, partindo dos processos já descritos e assinalados como potenciais pela esquipe que construía o Catálogo, aqueles que poderiam ser trabalhados, considerando a riqueza dos depoimentos, a diversidade das provas documentais, o contexto em que as prisões aconteceram, a ocupação dos ex-presos políticos no momento de sua detenção e a pluralidade das participações políticas... Paralelamente à escolha dos processos, foi-se desenhando a metodologia de trabalho durante a oficina com as turmas e preparando os materiais de apoio que auxiliam na compreensão do contexto histórico e da história de vida dos personagens.

Sabíamos, portanto, que queríamos trabalhar com a temática da ditadura civil militar e qual acervo tinha o potencial de responder a essa demanda. Por todas as características descritas acima, os processos produzidos pela Comissão Especial de Indenização seriam transformados em fontes promissoras para a construção, junto aos alunos do ensino médio, de importantes conhecimentos acerca desse período em nosso país. Ainda que consideremos que seja possível lançar perguntas sobre qualquer documento a respeito de sua produção e da intencionalidade de que nele estivesse gravado determinado discurso, particularmente nos documentos desse fundo, percebemos inúmeras versões disponíveis sobre acontecimentos vividos nos anos de repressão civil militar. Por isso mesmo são, além de vestígios riquíssimos para trabalhar conteúdos relativos ao contexto histórico da ditadura, fontes complexas para uma abordagem pedagógica sobre a temática da construção do conhecimento. É também o momento de olhar para o documento histórico, antes mesmo de tratá-lo pedagogicamente,

como um monumento construído intencionalmente pelas gerações passadas, seja para resolver problemas imediatos do seu tempo ou para registrar suas vidas e lutas para as gerações futuras. Como nos ensinou Le Goff (2003, p. 537-538), ele é:

> [...] antes de mais nada, resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante os quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz deve ser um primeiro lugar analisado desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento.

Durante a leitura de parte desses processos e da compreensão de que estávamos diante de documentos-monumentos, a equipe destacou alguns daqueles que melhor lhes pareciam poder servir de fontes nas oficinas, a partir dos seguintes critérios: a) personagens que demonstrassem a representatividade das organizações políticas de resistência à ditadura que naquele contexto; b) diversidade nas trajetórias de atuação política dos personagens (movimento sindical, estudantil, profissionais da comunicação, artistas, organizações armadas, militares legalistas, etc.); c) riqueza do conteúdo informacional e variedade de documentos anexados; d) existência de memoriais, relatos escritos pelos requerentes para a Comissão, parte do documento que melhor dá voz aos requerentes.

Obviamente que não conseguimos manusear os 1.705 processos antes de realizarmos a seleção. Ainda assim, movimentamos uma parcela considerável do acervo, no mínimo a metade. Cada membro do Programa ficou responsável por separar os processos cujas informações mais lhe chamaram atenção. Com isso, em um primeiro momento, chegamos a algumas dezenas deles. A partir dessa primeira etapa de escolha, em reuniões com todos os membros da equipe, coube-nos a tarefa da decisão de quais histórias trabalharíamos com os e as estudantes do Ensino Médio e EJA. Pela importância, conteúdo, representatividade, muitas eram e são as histórias em meio à documentação desse acervo que poderiam ser trabalhadas. Árdua foi a tarefa de selecionarmos seis.

Em meio ao processo de pesquisa e recolha, tivemos a notícia de que o resultado do edital lançado para liberação do acesso à documentação era positivo e que todos os processos seriam acessíveis. Ainda assim, por questões éticas e de reconhecimento aos indenizados e seus familiares, decidimos manter o encaminhamento inicial, que era de contatar os protagonistas dos processos escolhidos, para informá-los de nossa intenção e pedir autorização para o uso cotidiano de seus processos na oficina. Esse foi um processo muito interessante, que gerou alguns estranhamentos iniciais, mas nos aproximou dessas pessoas, tornando ainda mais gratificante a realização da oficina. Ao fim, todos os seis escolhidos consentiram e até mesmo saudaram a iniciativa. Vamos apresentar cada um dos personagens para que possamos, mais adiante, explicitar as escolhas da equipe que construiu a oficina.

O primeiro deles é Alcides Kitzmann, um agricultor, morador de Giruá (interior do RS), militante do PTB, que foi acusado de participar do Grupo dos Onze e que foi preso em 1964. O segundo personagem é Cláudio Gutiérrez**,** estudante e morador de Porto Alegre que fez parte do movimento estudantil secundarista no Colégio Júlio de Castilhos e que mais tarde militou

junto à Vanguarda Popular Revolucionária e à Aliança Libertadora Nacional. Foi preso em 1968 e foi exilado político no Uruguai. O terceiro é Eloy Martins, metalúrgico, comunista do PCB de longa data, viveu na clandestinidade de 1964 até 1971 quando foi preso em São Paulo, já aos sessenta anos de idade, e trazido para Porto Alegre. O quarto é Emílio Neme. Coronel da Brigada Militar, ele foi o "braço direito" de Brizola durante a Campanha da Legalidade. Foi posto compulsoriamente na Reserva e preso nove vezes durante os anos de 1964 a 1977. A quinta personagem é Ignez Serpa, que tinha 21 anos e era estudante do curso de veterinária. Morava em Porto Alegre e militou junto à Vanguarda Armada Revolucionária Palmares que era, assim com a VPR de Gutiérrez, uma organização de luta armada. Ignez foi presa em 1970, um ano antes da nossa sexta personagem Nilce Azevedo**,** natural do estado de São Paulo, que iniciou a militância na USP, formou-se professora e veio para o Rio Grande do Sul trabalhar como operária a partir de sua militância junto à Ação Popular, organização política que atuava junto aos trabalhadores na tarefa da conscientização da classe, entendida como a estratégia para a derrubada da Ditadura.

Para construirmos estratégias de abordagens pedagógicas com os documentos que nos colocam em contato com essas trajetórias, consideramos a advertência de Luporini (2002), da necessidade de tratá-los didaticamente, de maneira que sirvam de estímulo para que os educandos apreendam e aprendam a (re)significar o conhecimento histórico. E diante da trajetória já percorrida pelo Programa de Educação Patrimonial UFRGS/APERS, isso se torna possível a partir da aplicação da metodologia da Educação Patrimonial, conforme apresentado anteriormente.

A oficina, sua metodologia, conceitos e abordagens

Nessa perspectiva, paralelamente à escolha dos processos, desenhamos a metodologia de trabalho durante a oficina com as turmas e construímos os materiais de apoio que julgamos necessários à compreensão do contexto histórico e da história de vida dos personagens. Aproveitamos as experiências metodológicas bem-sucedidas das oficinas anteriores e readequamos algumas etapas, de acordo com as características singulares do conjunto documental que selecionamos.

Dessa forma, decidimos que, assim como nas outras duas oficinas já desenvolvidas em parceria entre Arquivo e UFRGS, a vivência ocuparia o tempo de um turno escolar e seria conduzida por cinco oficineiros, cada um responsável pelo trabalho com um grupo médio de cinco a seis alunos. Quatro grupos trabalhariam com o processo de um personagem e um grupo com dois processos. Antes dessa divisão em grupos, a turma seria recepcionada no Auditório do Arquivo, para um momento de sensibilização materializado na exibição de um vídeo produzido pela equipe do Programa. No final, após o trabalho com os pequenos grupos, novamente a turma trabalharia no grande grupo em um momento de socialização e fechamento das atividades desenvolvidas nas dependências do Arquivo.

O elemento novo incorporado à metodologia da oficina Resistência em Arquivo foi a construção de materiais que propiciassem um trabalho com a temática ainda em sala de

aula, antes da vivência propriamente dita. Composto de um texto que apresenta informações preliminares a respeito das trajetórias dos personagens, que serão conhecidos de maneira mais profunda na oficina, e de Histórias em Quadrinhos de situações que os identifiquem, os materiais são encaminhados para que o professor responsável pelo agendamento da oficina inicie as atividades ainda na escola.

Em linhas gerais, portanto, as etapas serão as seguintes: a) preparação prévia à oficina, realizada em sala de aula com mediação do professor; b) recepção dos estudantes: exibição de um vídeo montado pela equipe a partir de imagens do contexto da ditadura e atuais, tomadas de cena no APERS e audiovisuais com falas de ex-presos políticos, para contextualizá-los em relação à temática; c) breve visita pela instituição, momento em que os estudantes poderão conhecer a estrutura dos prédios onde são salvaguardados os acervos e compreender um pouco mais a respeito de trabalho arquivístico de organização, preservação e disponibilização do acervo ao público; d) já no espaço pedagógico do Arquivo, contato inicial com os processos em versão digitalizada, reproduzidos na íntegra. Esse é o momento de reconhecimento dos personagens com os quais entraram em contato em sala de aula e também de conhecer a estrutura do documento em análise, entender como ele é tratado arquivisticamente, porque foi recolhido ao APERS, entre outras informações gerais; e) intervalo para o lanche; f) análise do processo com apoio de textos, verbetes de conceitos, imagens, poemas, reportagens de jornal e outros materiais de apoio, de acordo com o conteúdo de cada documento – esse é o momento no qual os grupos aprofundam as discussões acerca das trajetórias dos personagens em questão e de problemáticas relativas à construção do conhecimento histórico; g) fechamento, momento importante da atividade em que todos os grupos deverão encontrar-se para compartilhar as experiências de pesquisa ao longo da oficina, relatando aos demais os conhecimentos que puderam acessar e que produziram no decorrer da dinâmica.

E se, por um lado, consideramos a metodologia da Educação Patrimonial importante para o desenvolvimento dessa ação educativa; por outro, também acreditamos, além da sistemática empregada para a análise dos bens culturais, serem indispensáveis os sólidos conhecimentos históricos assim como referenciais teóricos adequados aos objetivos que desejamos alcançar com essa prática pedagógica. Seguindo nesse caminho, acrescentaríamos que mais que sensibilizar o público escolar para as questões do patrimônio e da memória, o contato com os arquivos e com as fontes neles custodiadas, por meio da metodologia da Educação Patrimonial, permitem a instrumentalização para o entendimento das relações entre a construção e a elaboração do conhecimento histórico como aponta Barbosa (2012, p. 04),

> Assim, concebemos os Arquivos como fonte de conhecimento para o ensino, em particular o de História. A partir de fotografias, mapas, jornais, revistas, documentos manuscritos, entre outros, é possível ensinar História ou construí-la de maneira que o documento não represente uma mera ilustração, mas, sim, que ele suscite várias perguntas e respostas por meio de problematizações.

Para contemplar as aprendizagens a respeito da ditadura e da construção do conhecimento histórico acerca do período, a equipe selecionou os processos de Alcides Kitzmann, Cláudio Gutiérrez, Eloy Martins, Emílio Neme, Ignez Serpa e Nilce Azevedo tanto

pelos critérios já mencionados anteriormente – representatividade e diversidade das formas de atuação política, riqueza de conteúdo e de relatos e variedade de documentos – quanto pelo potencial do desenvolvimento de trabalhos conceituais que carregam suas trajetórias impressas nesses documentos e nos demais materiais pedagógicos que acompanham a dinâmica de cada grupo.

No caso da documentação referente ao pedido de indenização de Alcides Kitzmann privilegiamos discussões em torno da desmistificação de que perseguições e torturas ocorreram apenas nas zonas urbanas, nos grandes centros e de que ocorreram somente depois de 1968. A partir dos vestígios deixados pela fonte e por outros materiais pedagógicos, conseguimos provocar reflexões sobre as peculiaridades da resistência e da repressão no Rio Grande do Sul, local no qual a presença do trabalhismo e a influência de figuras como Brizola e Jango foi marcante, e problematizar a luta pela terra e pela reforma agrária, representado em muitos casos pela adesão ao Grupo dos Onze.

Sobre o processo de Gutiérrez, trabalhamos os seguintes aspectos: primeiro, o contexto de proibição da organização e da atuação de partidos políticos, sindicatos, grêmios estudantis, enfim, sobre o fechamento das possibilidades institucionais de resistência à Ditadura; segundo, sobre a organização e o funcionamento dos esquemas de fronteiras para aqueles que eram obrigados a deixar o país; terceiro, sobre a existência de organizações revolucionárias que optaram pela luta armada como forma de resistência; e, quarto, sobre o exílio e sobre as conexões repressivas entre os países do Cone Sul. Já o trabalho realizado sobre o processo de Eloy, as discussões são privilegiadas em torno das lutas do Partido Comunista, que durante um longo período carregou a bandeira do comunismo como projeto de sociedade em oposição ao capitalismo defendido pela Ditadura e reflexões acerca da clandestinidade, essa espécie de exílio dentro do próprio país.

Na tentativa de reconstruir a trajetória de Neme a partir das informações contidas no processo e de outras fontes, trabalhamos com questões referentes à Campanha da Legalidade, e com a desconstrução da ideia de que todos os militares foram a favor do golpe e de que todos passaram a atuar ao lado da Ditadura. Além disso, é uma ótima fonte para trabalhar com o conceito de estigma, que revela as dificuldades de reinserção social com as quais os ex-presos tiveram de conviver no período posterior a sua prisão ou prisões.

Por fim, sobre Nilce e Ignez, além de abordar as diferentes formas de organização de resistência, realizamos um debate sobre o papel da mulher enquanto sujeito das lutas travadas nesse contexto, bem como sobre as peculiaridades da repressão contra as mulheres e sobre a utilização da tortura como forma de destruir mentalmente, "quebrar" a/o militante até que fosse despido de todas as suas convicções, dignidade e autoestima.

Tais problematizações foram pensadas pela equipe e acontecem na prática da oficina porque acreditamos que o documento deve ser trabalhado não como um registro da verdade e sim como fonte sobre a qual são lançadas múltiplas possibilidades de construção do conhecimento. Nesse caso, assim como na pesquisa histórica, o critério de correspondência tornou-se estéril diante das múltiplas possibilidades de abordagem de uma determinada fonte, conforme Pereira e Seffner (2008, p.117):

> [...] o critério de correspondência passou a ser inaplicável à pesquisa histórica, sobretudo porque aprendemos a distinguir passado e história. O passado e objeto de estudo do historiador, apenas acessível pela linguagem que ordena; a história é um discurso que os historiadores produzem como resultado de um longo trabalho de seleção, de fontes, de seleção de métodos e de seleção da teoria, mergulhado em importantes conflitos e lutas políticas do presente. [...] Isso implicou reconhecer que a ciência histórica, para se efetivar, precisa considerar toda uma série de mediações, desde o caráter do documento como monumento, até a compreensão da história como discurso sobre o passado, política e culturalmente informado.

Após manuseio da documentação e identificação do personagem, as discussões são conduzidas a partir de um roteiro previamente elaborado que, no entanto, pode ser modificado a qualquer momento devido à dinâmica de participação dos estudantes. Cada uma das problematizações leva os alunos a determinadas partes dos processos e na falta de informações nessa fonte, são sentidas as necessidades de consulta a outros materiais. Esse é normalmente um momento muito rico para problematizarmos a fonte, no sentindo de sua intencionalidade, de quem a produziu, do por que nela faltam informações, por que há mais de uma versão e como os historiadores ou outros agentes que elaboram conhecimentos históricos, trabalham em meio a tudo isso.

As perguntas-problemas, aos poucos, transformam-se num discurso mais ou menos coeso, o qual pretende contar a história de resistência de cada um daqueles personagens. No final, ocorre a socialização de cada uma das trajetórias dos personagens, momento de compartilhamento das discussões para o grande grupo, que não raras vezes são relacionadas pelos estudantes a temas atuais, como a punição aos torturadores e a revogação da Lei de Anistia, tortura na democracia, formação dos partidos políticos e movimentos sociais, mobilizações e repressão aos movimentos hoje, entre outros.

Além de uma série de problematizações, não perdemos de vista a dimensão da transmissão de conhecimento, de conteúdos. O rigor conceitual com o qual trabalhamos cada trajetória, cada pertencimento e projeto político, cada relato compreendido como memória e a própria noção de documento, demonstram a preocupação com o compartilhamento de conhecimentos já produzidos. No trabalho pedagógico, a metodologia é amparada pelo conceito da alfabetização patrimonial como ferramenta de leitura do mundo. Nesse sentido, aprender a ler o patrimônio, como os documentos escritos, possibilita a compreensão da trajetória histórico-temporal das relações sociais, transformando-a em instrumento para o exercício da cidadania; ou numa perspectiva histórico-crítica da educação (Saviani, 2008), capacita os alunos no sentido do reconhecimento das formas de elaboração de conhecimentos, nesse caso históricos. E que, uma vez instrumentalizados dessa dimensão crítica, temos como objetivo muni-los da capacidade de perceber as disputas de poder presentes nos mais variados discursos acerca do passado e de posicionar-se diante deles.

Resistência em Arquivo: resultados e perspectivas

Entre setembro de 2013, mês em que aplicamos a primeira prática da oficina "Resistência em Arquivo" com uma turma escolar, até o dia 23 de outubro de 2014, já foram realizadas 55 oficinas, atendendo cerca de 1.090 estudantes. Algumas escolas trouxeram mais de uma turma, estabelecendo um vínculo maior com o Programa. Foram alcançadas 24 escolas. De forma imediata e quantitativa estes são os resultados alcançados até aqui, porém, de longe eles representam a qualidade daquilo que estamos conseguindo construir.

Desde o processo de produção da oficina, realizado ao longo do primeiro semestre de 2013, que culminou com realização das práticas pilotos a partir de setembro e seu lançamento oficial em um evento realizado no Arquivo Público em novembro daquele ano, temos alcançado diversos objetivos qualitativos, como a aproximação com ex-presos políticos e seus familiares – inclusive contamos com a presença de muitos deles no evento de lançamento e em outras atividades promovidas pelo APERS – e o fortalecimento dos laços com escolas e educadores, que consolidam o Arquivo Público do Estado como um local de memória que valoriza seu potencial educacional, e o Programa de Educação Patrimonial UFRGS/APERS como uma referência na área. Neste sentido, também sublinhamos como excelente resultado a consolidação da parceria com a universidade, já que a construção desta oficina se deu de maneira ainda mais colaborativa do que havia ocorrido em relação às duas primeiras, e os aportes oferecidos pela UFRGS através de seus professores e estudantes qualificou de forma importante os debates históricos e teóricos aplicados.

Estamos satisfeitos também com a oportunidade de termos vivenciado as primeiras experiências realizadas com turmas de EJA, algumas inclusive no turno da noite, para as quais precisamos organizar toda a logística em função da formação da equipe de cinco oficineiros em um horário que não é usual. Por enquanto, foram apenas três oficinas com tais turmas, dado sobre o qual podemos refletir buscando compreender qual o papel socialmente atribuído ao Ensino de Jovens e Adultos hoje e como podemos contribuir para qualificar essa formação. Entretanto, algo liga essas oficinas: a evidente sede por saber e a abertura para novas informações que os estudantes do EJA demonstraram. Podemos apontar entre as perspectivas para o próximo período a necessidade de divulgar ainda mais este serviço entre professores do EJA, para aumentar o acesso desse segmento à oficina.

Também estamos empenhados em difundir a oficina e o Programa de forma geral entre nossos pares, nas áreas de Arquivo e instituições de memória, da História e da Educação. Para tanto, desde que iniciamos a construção da mesma até o presente momento já participamos de diversos eventos[8] apresentando comunicações e reflexões que têm como objetivos partilhar experiências, incentivar que outras instituições realizem ações similares, que mais e mais educadores participem do Programa e se apropriem da metodologia da Educação Patrimonial – que pode ser aplicada inclusive nas escolas – buscar formação e contribuições críticas para que possamos qualificar nosso trabalho.

Como perspectiva, assinalamos também para a realização de reflexões acerca dos usos da oficina "Resistência em Arquivo", assim como da pesquisa em Arquivos e da produção de

materiais didáticos a partir de nossos acervos de forma geral – nos processos de ensino-aprendizagem no Ensino Médio, hoje no estado do Rio Grande do Sul pautado pelo ensino politécnico e o incentivo à pesquisa científica nessa etapa da Educação Básica. Acreditamos que a metodologia da Educação Patrimonial e a exploração dos arquivos como espaços ricos em registros de memória e história podem ser bastante profícuos como matéria prima para essa nova leitura em relação ao Ensino Médio, por estarem pautadas na observação, análise e problematização de bens culturais para produzir conhecimento por meio deles mesmos.

Também apontamos, tanto como resultado quanto como perspectiva, a contribuição para a luta por memória, verdade e justiça, que é uma luta cotidiana e possui relação direta com a educação e o acesso à informação a respeito do que ocorreu durante a ditadura civil militar em nosso país. Nesse sentido, acreditamos que a cada dia alcançamos resultados, e seguiremos alcançando, pois temos muita disposição para seguir travando discussões e incentivando reflexões, para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça!

Notas

1 Segundo os PCNs: Os documentos são fundamentais como fontes de informações a serem interpretadas, analisadas e comparadas. Nesse sentido, eles não contam, simplesmente, como aconteceu a vida no passado. A grande maioria não foi produzida com a intenção de registrar para a posteridade como era a vida em uma determinada época; e os que foram produzidos com esse objetivo geralmente tendem a contar uma versão da História comprometida por visões de mundo de indivíduos ou grupos sociais. Assim, os documentos são entendidos como obras humanas que registram, de modo fragmentado, pequenas parcelas das complexas relações coletivas (PCNS, p. 55). Acesso em: 23 out. 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf>.

2 Ainda naquele ano o projeto foi transformado em ação de extensão universitária junto ao Departamento de História da UFRGS e a parceria foi consolidada em 2010 através da assinatura de convênio entre as instituições, trazendo, além de aporte teórico e qualificação às ações desenvolvidas, a possibilidade de captação de recursos via universidade. Em diferentes momentos já fomos contemplados com recursos dos editais PROEXT, dos Ministérios da Cultura e da Educação, e Novos Talentos, da CAPES, viabilizando o oferecimento de transporte gratuito às turmas, contratação de bolsistas, compra de equipamentos e materiais, entre outros subsídios.

3 A realização do curso para professores veio para suprir uma demanda que se evidenciou desde 2009, já que a continuidade e a qualidade do trabalho desenvolvido no APERS somente são possíveis a partir da parceria e da sensibilização dos educadores e dos futuros professores. Além do curso de formação mencionado, que em 2014 está na sua 4ª edição, realizou-se também o Seminário Aplicando a Lei 10.639: Patrimônio, História e Cultura Africana e Afro-brasileira, em 2012, com planos para sua reedição, respondendo a outra demanda dos educadores, que encontram pouco espaço para debate e formação acerca do tema.

4 Lei nº 12.258, de 18 de novembro de 2011, que Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.

5 Decreto nº 46.830, de 17 de julho de 2012, que Cria a Comissão Estadual da Verdade no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

6 Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; que revoga a Lei nº 11.111, de 05 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

7 Instrumento de pesquisa que será disponibilizado em formato digital no site do APERS e impresso para distribuição em Escolas de Ensino Médio da Rede Pública, Universidades, Bibliotecas e Arquivos Públicos, bem como Núcleos de Estudos voltados para a temática de Ditaduras e Direitos Humanos. O Catálogo também será publicado em braile visando à inclusão social dos deficientes visuais, para que tenham garantidos seus direitos e o acesso a essas informações que contam a história recente do nosso país.

8 Entre os eventos dos quais participamos podemos citar: Seminário Internacional Documentar a Ditadura: arquivos da repressão e da resistência, promovido pelo Arquivo Nacional (RJ, 2013), em que apresentamos duas comunicações; Seminário Arquivos, Ditadura e Democracia, promovido pela Casa de Osvaldo Cruz/FIOCRUZ (RJ, 2014), em que palestramos a respeito desse trabalho; XII Encontro Estadual de História, promovido pela ANPUH-RS (RS, 2014), em que estagiários do APERS apresentaram pôster e também apresentamos comunicação sobre a oficina; Salão de Extensão UFRGS (RS, 2014) em que a oficina foi apresentada como uma ação de Extensão da Universidade. Também participamos recentemente de um encontro em São Paulo em que apresentamos nossas ações educativas para a equipe do Núcleo de Ação Educativa do Arquivo Público do Estado de São Paulo e para outras instituições paulistas.

Referências

BARBOSA, Andresa Cristina Oliver. **Arquivo e Sociedade**: experiências de ação educativa em Arquivos brasileiros (1980-2011). Dissertação (Mestrado em História). - PUC-SP, 2013.

BARBOSA, Andresa Cristina Oliver. Do arquivo para a escola: ação educativa e patrimônio documental. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH-SP, 21, 2012, Campinas. **Anais...** Campinas: ANPUH-SP, set. 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.258**, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm>. Acesso em: 24 out. 2014.

BRASIL. **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII DO ART. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; que revoga a Lei nº 11.111, de 05 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 24 out. 2014.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: história, geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf>. Acesso em: 24 out. 2014.

KOYAMA, Adriana Carvalho. Educação patrimonial em arquivos hoje: algumas propostas veiculadas na Internet. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, 19., 2008, São

Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH/USP, 08-12 set. 2008. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Adriana%20Carvalho%20Koyama.pdf>. Acesso em: 22 out. 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LUPORINI, Teresa Jussara. Educação Patrimonial: projetos para a educação básica. **Revista Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 31. p. 325-338, jan./jun. 2002.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 113-128, dez. 2008.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 46.830**, de 17 de julho de 2012. Cria a Comissão Estadual da Verdade no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Estadual nº 11.042/97**. Reconhece a responsabilidade do estado do Rio Grande do sul por danos físicos e psicológicos causados a pessoas detidas por motivos políticos e estabelece normas para que sejam indenizadas.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 40. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

Recebido em 29 de março de 2015
Revisado em 28 de agosto de 2015
Aceito em 30 de agosto de 2015